



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático: Classes sociais, geração e Serviço Social
Sub-eixo: Envelhecimento**

CUIDAR/CUIDADO COM IDOSAS(OS): ações circunscritas ao feminino?

MARLY DE JESUS SÁ DIAS ¹
SELMA MARIA DE OLIVEIRA BRANDÃO ¹

RESUMO:

Reflexão acerca do cuidar/cuidado com idosos(as) por mulheres, na condição de cuidadoras informais em São Luís do Maranhão. Discute as diferentes definições atribuídas ao verbo cuidar e o substantivo cuidado, para além do aparentemente dado. Problematiza o emprego usual dos termos, bem como a atribuição imposta às mulheres a função de cuidadoras “naturais” de idosos/as com dependência no contexto familiar.

Palavras-chave: Cuidar. Cuidado. Idoso(a). Cuidadora informal.

ABSTRACT:

Reflection on caring for the elderly by women, as informal caregivers in São Luís do Maranhão. It discusses the different

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Maranhão

definitions attributed to the verb to care and the noun care, in addition to what is apparently given. It problematizes the usual use of the terms, as well as the attribution imposed on women to the role of “natural” caregivers of elderly people with dependence in the family context.

Keywords: Caring. Care. Elderly. Informal caregiver.

1 INTRODUÇÃO

No desafiante exercício de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres que assumem a função de cuidadoras informais de idosos (as) com dependência física e cognitiva na atenção domiciliar, buscamos neste breve ensaio, apresentar e comentar sobre alguns dos dados obtidos a partir da pesquisa intitulada *Cuidar: verbo transitivo feminino?* Considerações sobre cuidadoras informais de idosos/as na atenção domiciliar em São Luís/Maranhão.

A eleição pelo debate acerca do cuidado não foi aleatória. Partimos da assertiva de este é fundamental à existência humana, mas, pouco problematizado. Se justifica ainda pelo crescimento gradual e progressivo do envelhecimento populacional no mundo, bem como na sociedade brasileira e maranhense, em particular², o que, por sua vez, eleva a sua demanda, num momento em que políticas públicas são demolidas, famílias passam por transformações, o que rebate direto no futuro cuidado, podendo ocasionar déficit em suas ações.

O envelhecimento ao mesmo tempo em que altera a pirâmide etária, enseja desafios, especialmente no âmbito das políticas sociais públicas, uma vez que nem todos envelhecem nas mesmas condições em termos de dignidade, saúde, autonomia, independência,

2 As projeções populacionais indicam para o avanço do envelhecimento da população. Destarte, dados da pesquisa: *Onde estão os idosos? Conhecimento contra o COVID-19*, evidenciam que as pessoas de 60 anos ou mais de idade representaram 14,05% dos brasileiros em 2020. No Maranhão, a porcentagem registrada foi menor, totalizando 10,43% para o mesmo período. Em São Luís, a proporção foi de 7,94% para o ano de 2015 - ainda não existem dados de 2020 publicados para as capitais e demais municípios do país (NERI, 2020).

segurança e contextos. Ou seja, não se pode perder de vistas que as alterações demográficas, epidemiológicas e sociais ocorridas nas últimas décadas configuradoras deste fenômeno é caracterizado também pelo aumento das desigualdades sociais, com prevalência de pobreza, desempregos, doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) na vida adulta, além de alterações estruturais das famílias, a exemplo da queda da fecundidade, mutações nos formatos destas famílias, tais como a de famílias monoparentais, homoafetivas, decorrente de múltiplos casamentos; inserção sucessiva das mulheres no mundo do trabalho formal. Eventos que confluem para mudanças nos padrões de cuidados vigentes até então no seio familiar (FLASCH; LINS; CARVALHO, 2016) e que atinge tanto o público que envelhece, como de quem deste cuida.

O avanço neoliberal no Brasil tem esfacelado a recém inaugurada Seguridade Social no país, com progressivos desmontes das políticas constitutivas de seu tripe (Assistência Social, Saúde e Previdência), impulsionado iniciativas privadas nestas áreas, proponentes de altos custos, inclusive na assistência hospitalar ou institucional especializada na atenção às pessoas com idade avançada. O que faz com que muitos dos cuidados demandados por este segmento populacional se realizem em âmbito familiar, mas, de maneira informal e, por mulheres.

Seja na condição de cônjuge, filha, sobrinha, irmã, nora, vizinhas e amigas, são elas que têm assumido o encargo de cuidadora principal (FREIRE NETO e MOREIRA, 2016), quase sempre de forma solitária e cumulativa com os serviços domésticos, sobretudo aquelas com poucos recursos e apoio familiar. Soma traduzida em sobrecargas de trabalhos, responsabilidades, inseguranças, cansaços, com sérios desdobramentos de saúde em suas vidas. Mas, que passam despercebidos por familiares, sociedade e governantes.

O ensaio centrará o diálogo sobre as ações de cuidado, a partir de dois aspectos principais: cuidar como atividade naturalizada feminina e, os significados e percepções atribuídos pelas cuidadoras informais de idosos/as com dependência, à referida atividade. Procura-se problematizar o emprego usual dos termos cuidar e cuidado, rumo a uma concepção que ultrapasse o senso comum, marcada por imprecisões e como algo dado. Para tanto, buscou-se aporte teórico em autores/as clássicos e contemporâneos que estudam o tema, para dar suporte a análise da investigação realizada com vinte mulheres, residentes na zona urbana de São Luís, a partir dos seguintes critérios: idade igual ou

superior a 18 anos, desempenho de ações informais de cuidados na atenção domiciliar junto à população acima de 65 anos que possuísse dependência física ou cognitiva na capital maranhense, sendo excluídas da pesquisa as mulheres abaixo da faixa etária descrita, as que desenvolvessem atividades de cuidado com remuneração e, as que não aceitaram participar da pesquisa.

Imperioso ressaltar ainda que definir, conceituar, repensar o envelhecimento e a velhice é um ponto crucial para a introdução de qualquer estudo proposto sobre a temática. A complexidade das várias designações em relação ao sujeito que envelhece, frequentemente, gera dúvidas quanto ao termo mais adequado a ser utilizado em um trabalho científico. No trabalho aqui desenvolvido utilizamos os termos *velha(o)* e *idosa(o)*, *pessoas envelhecidas*, *pessoas em idade avançada* como sinônimos, tentando desmistificá-los, pois acreditamos que o maior dos preconceitos é a não visibilidade da pessoa como ela é, um cidadão de direitos e deveres que envelheceu; uma pessoa que teve um passado tem um presente, e faz necessário construir um futuro sem anular as outras etapas de vida (SERRA, 2005).

2 As mulheres na função de cuidadoras “naturais” de idosos/las com dependência no contexto familiar

Ao se discutir sobre o envelhecimento e seus diversos desdobramentos, cabe o questionamento ainda pouco usual: o cuidado da população idosa dependente é de responsabilidade de quem? Consoante a atual Carta Magna (promulgada em 5 de outubro de 1988), a Política Nacional do Idoso – PNI ([Lei Nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#)) e o Estatuto do Idoso ([Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003](#)), essa atribuição deve ser compartilhada entre a sociedade e o Estado. Entretanto, a família segue como lócus primordial desse tipo de cuidado e, recorrentemente, de forma informal. No seio familiar, tal atribuição comumente recai sobre as mulheres, na condição de cônjuge, filha, sobrinha, irmã ou de noras, vizinhas, amigas.

Outra reflexão necessária é em que consiste mesmo esse cuidado. Comunga-se da assertiva de que o cuidado é múltiplo, diverso, transversal, envolve várias ações, atitudes, formatos, para além do zelo, preocupação e atenção com o outro no âmbito doméstico, como será mais detalhado no próximo ponto. Se processa em função das possibilidades para a sua materialização, bem como do contexto sociocultural, político e econômico no qual se insere. É algo contínuo, necessário, primordial para a existência humana e, a partir das configurações assumidas e disseminadas, muito útil à manutenção da sociedade capitalista, que o circunscreve ao espaço privado da casa e seus arredores, como algo inerente a natureza feminina. Motivo pelo qual não possui status social, computa baixa ou nenhuma remuneração e só chama a atenção quando deixa de ser feito por que incomoda. O que nos faz concordar com Hirata (2016, p. 54), quando assinala que “o trabalho do cuidado é exemplar das desigualdades imbricadas de gênero, de classe e de raça”.

Ante o exposto, entende-se que a eleição do público feminino para as ações do cuidado, também com idosos, tem íntima relação com os papéis sociais atribuídos às diferentes categorias de sexo, os quais imputam às mulheres, a responsabilidade pela casa, filhos/as (SAFFIOTI, 1987). Ou seja, com a divisão sexual do trabalho, a uma identidade social socialmente construída, disseminada e que, ainda hoje, situa o cuidado como verbo transitivo indireto, pois quem cuida, cuida de algo ou de alguém, mas, em estreita relação com o substantivo de cuidadora, circunscrito ao feminino, portanto, à esfera do privado, do doméstico, da família (GUIMARÃES, HIRATA E SUGITA, 2011).

Muitos são os argumentos para ratificar as mulheres neste trabalho que remete aos afazeres domésticos e o cuidado. A exemplo de uma potente ideologia patriarcal e racista ancorada em argumento biológico e sem amparo científico, que potencializa a socialização das gerações na sociedade capitalista. Esta estabelece valores, padrões, comportamentos, lugares, papéis sociais e destinos com base na anatomia sexual de machos e fêmeas, com clara distribuição desigual de poder e de valoração de seus feitos: para os homens, os espaços públicos e, para as mulheres, o reduto do lar e da família (SAFFIOTI, 2013).

O salário é outro ponto que merece breve reflexão no debate, pois, o que o capitalismo considera trabalho não comporta o trabalho doméstico realizado por mulheres, uma vez que, na ideologia disseminada, este deve ser feito por “amor”, apesar de lhe consumir tempo e privá-las de trilhar outros destinos sociais que não seja o casamento, maternidade

e a responsabilidade pela casa.

Na naturalização do que é fruto de construção social, o trabalho doméstico, assim como as ações que remetem ao cuidado tem sexo: feminino. Em contrapartida, a gratuidade e invisibilidade de trabalhos imprescindíveis, segue alimentando e enriquecendo o capitalismo, ao mesmo tempo em que concorre para sobrecargas de atribuições, duplas ou triplas jornadas, além da inserção feminina em trabalhos precários, insalubres, com baixa remuneração e poucas garantias legais, vastamente ocupados por mulheres negras e pobres.

Para Federicci (2021), o trabalho doméstico ao mesmo tempo em que mascara a realidade, reafirma a máxima do poder nas mãos masculinas, obscurece que a história é dinâmica, processada por seres humanas e que o poder, circula. Na sua análise, não resta dúvida de que o trabalho doméstico, propositalmente invisibilizado e gratuito, é a base, a fundação e o apoio de todas as demais atividades de trabalho. Uma vez que é este trabalho doméstico que reproduz, de modo geral, a capacidade das pessoas para seguirem trabalhando, produzindo.

3 CUIDAR: significados e percepções atribuídos pelas cuidadoras informais de idosos/as com dependência

Para o senso comum há uma tendência em atribuir aos termos *cuidar* e *cuidado* o mesmo sentido. Entretanto, em considerando as próprias regras gramaticais da nossa língua mãe, de modo geral, os verbos exprimem ações e os substantivos, significados, de modo que a palavra cuidado, é o resultado da ação de quem cuida, portanto, produto de uma ação direta: cuidar. Assim, ao designar um amplo campo de ações e significados, a palavra cuidado é usualmente empregada no Brasil, para denotar uma atitude, quando na verdade, é o verbo cuidar, que exprime melhor tal perspectiva. Segundo Hirata e Guimarães (2012, p. 154) seja como verbo ou substantivo o emprego do referido termo, designa uma gama de ações repletas de noções, histórica e amplamente difundidas, porém difusas no seu sentido prático, por exemplo:

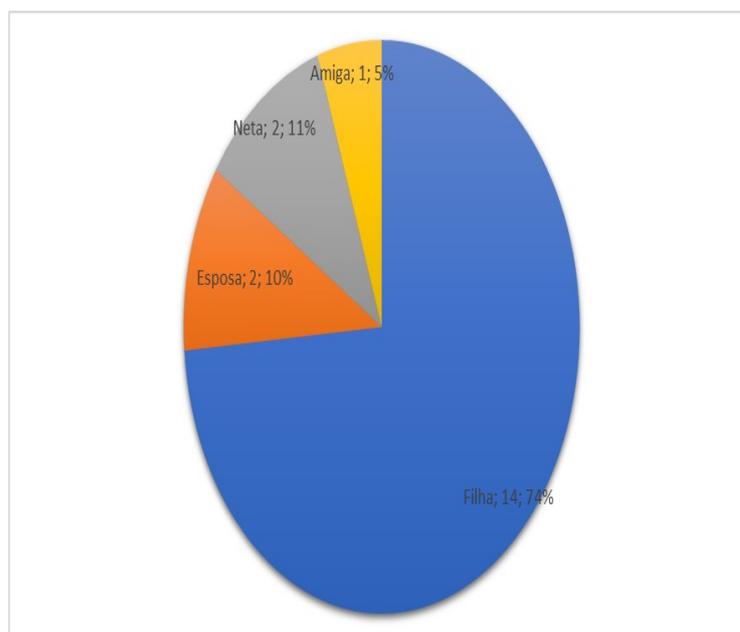
[...] o cuidar da casa (ou tomar conta da casa), assim como o cuidar das crianças (tomar conta das crianças) ou até mesmo o cuidar do marido, ou dos pais, têm sido

tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente).

Esta observação é importante, na medida em que buscamos refletir sobre o cuidar e suas implicações no processo consciente de definição *do ser cuidador (a)*. Segundo Mendes (1995, p. 93), “[...] o processo de construção de identidade do cuidador vai sendo operado no enfrentamento de um novo cotidiano posto pela exigência do cuidar”.

A literatura especializada indica que as decisões para assumir a função de cuidadoras (es) informais, tendem a ser um processo consciente por parte de quem assume tal responsabilidade no contexto familiar. Por outro lado, muito embora, a designação seja informal, obedece, em regra, aos seguintes fatores: grau de parentesco, relações de gênero, proximidade física e afetiva. Neste contexto, porém, os cônjuges e os filhos, especialmente as filhas, destacam-se como cuidadoras, predominantemente. Este dado foi comprovado na pesquisa realizada, como demonstra o seguinte gráfico:

Gráfico 1 - Vínculo de parentesco com o/a idoso/a de quem cuida



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

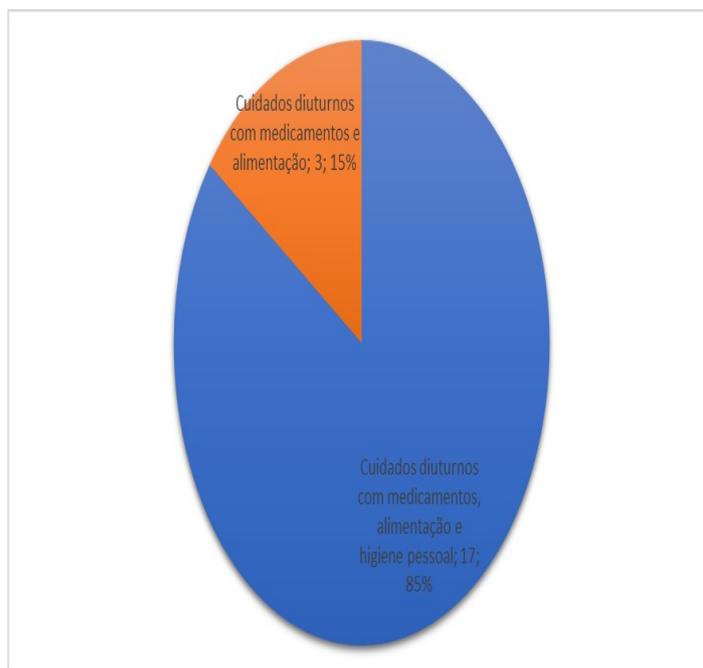
Os dados confirmam, portanto, que a responsabilidade pelos cuidados da/o idosa/o com dependência no universo pesquisado, foi designada no contexto familiar, para uma mulher, na grande maioria dos casos, na condição de filha e esposa. Outro dado interessante, revelado pela pesquisa, é que na condição de esposas e filhas, 100% das cuidadoras residem no mesmo ambiente doméstico da pessoa sob seus cuidados: maridos e mães. Mesmo a afilhada e amiga, integrantes deste universo, residem na casa da idosa/o dependente.

A partir destes resultados da investigação pode-se inferir que, um aspecto determinante no processo de constituição da função de cuidadoras informais relaciona-se às relações intrafamiliares. Segundo Mendes (1995), a maior dificuldade em apreender a atividade da/o cuidador/a, reside no fato de ser naturalizada como de âmbito privado, inerente a esfera doméstica, sem visibilidade pública e social. Nas palavras da autora:

A atividade do cuidar de um familiar idoso dependente é basicamente desenvolvida no espaço doméstico, espaço este, onde parte significativa da vida é vivida, no qual há conhecimento e memória de fatos e de relações íntimas e importantes. É nele que este processo precisa ser apreendido. Processo este, que demanda ser verificado 'in loco', através de observações, sugerindo questões que remetem a reflexão sobre as ações e os sentimentos que as acompanham. (MENDES, 1995, p. 71).

A pesquisa revelou ainda que o processo de incorporação da nova realidade da/o idoso/a dependente, não foi imediato, por parte de quem cuida. O cotidiano da cuidadora informal foi construído em função das necessidades da/o idosa/o de quem passa de uma hora para outra a depender total ou parcialmente de atenção e cuidados. Lidar com essa realidade torna-se muito difícil. Surpreendido pela doença do ente querido, o sujeito que se transforma em cuidador (a) familiar, diante de pouca ou nenhuma informação sobre o problema de saúde da/do idosa/o, acometido por uma determinada enfermidade, tem que aprender a lidar com a situação ao realizar as atividades de cuidados cotidianamente. Senão vejamos:

Gráfico 2 - Necessidades de cuidados que a pessoa idosa requer



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Cuidar de um/uma idosa/o dependente implica ter boas condições de saúde e condicionamento físico, que permitam a realização de atividades pesadas e rotineiras, como demonstram os resultados da pesquisa, expressos no gráfico acima. Ou seja, das 20 pessoas idosas que necessitam de cuidados diurnos, apenas 03, dispensam apoio quanto a locomoção e higiene pessoal. 17 delas são totalmente dependentes de cuidados para suprir suas necessidades básicas: alimentação, medicação nos horários prescritos, tomar banho, trocar fraldas, locomoção na cadeira de rodas ou troca de posição no leito, dentre outras.

É importante destacar que na condição de cuidadora informal com grau de parentesco de filha ou esposa, como demonstrado na presente investigação, ao assumirem a atividade de cuidar da/o idosa/o com dependência, passaram a realizar dupla jornada de trabalho, ou seja, permaneceram realizando as tarefas domésticas que anteriormente desenvolviam, inclusive aquelas inerentes aos cuidados com crianças.

Esta constatação é uma marca dos estudos e pesquisas realizados ao longo de décadas, no Brasil e em outros países e possuem determinantes sociais e culturais muito claros. A atividade de cuidar está inscrito socialmente na função de mãe e, neste sentido, culturalmente este papel lhe é atribuído e passa a ser assumido pela mulher na esfera doméstica. Mendes (1995, p. 59), corrobora com tais achados:

No Brasil – apesar da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho – a casa ainda é o espaço por excelência da mulher. Mesmo para as mulheres que trabalham fora, o espaço doméstico continua sendo uma atribuição sua. Há ainda uma concepção no imaginário coletivo de que, em sendo detentora da função reprodutiva da espécie humana, as atividades de gestar, alimentar, proteger, educar, nutrir, cuidar estão diretamente associadas à sua função biológica.

Na difícil tarefa de conciliar as ações cotidianas de cuidados com as demais atividades, nossas entrevistadas assim se manifestaram: "Tem que se virar"; "Por mais que eu me esforce, não consigo, vou deixando algumas coisas por fazer"; "A gente faz, tem que fazer. "Se a gente não faz, não acontece, não tem comida, não tem nada." "Para eu conseguir cuidar dela (mãe), tive que sair do emprego" (Informações verbais)³.

Em que pese todo o esforço e empenho no sentido de atender com atenção e a tempo todas as ações de cuidados das pessoas sob suas responsabilidades, as falas são reveladoras das enormes dificuldades vivenciadas por essas mulheres, permeado por desgastes de toda ordem: físico, emocional e psicológico.

Nesta direção, estudos indicam que as condições biológicas e físicas dessas trabalhadoras, não são compatíveis com a estressante e exaustiva tarefa que desenvolvem no dia a dia, sobretudo, em se tratando de mulheres na faixa etária acima dos 60 anos. Segundo Mendes (1995, p. 60), os /as cuidadores/as informais são "[...] velhos jovens independentes, cuidando de velho-velhos dependentes", portanto, sérios(as) candidatos (as) a desenvolverem ou mesmo já apresentando quadro de doenças crônico-degenerativas.

Os dados coletados a partir da pesquisa realizada acerca da saúde da cuidadora informal de idosa/o com dependência, reforçam tal perspectiva. Do universo de 20 entrevistadas, todas afirmaram sofrer com o cansaço físico decorrente das atividades desenvolvidas. Deste universo, 11 delas, disseram ter sido acometidas de doenças do

3 Depoimentos retirados das entrevistas realizadas com as cuidadoras informais no período de dezembro de 2021 a janeiro de 2022.

sistema nervoso, como depressão, ansiedade, estresse e síndrome do pânico, 04 cuidadoras adquiriram problemas na coluna, 02 tiveram a pressão arterial alterada, 01 passou a sofrer com gastrite e 01 com dormência nas mãos. Apenas 02 cuidadoras afirmaram não ter sofrido alterações no quadro de saúde.

As informações coletadas são reveladoras do impacto que a dependência de um/a familiar idoso/a causa na dinâmica, na economia familiar e, sobretudo, na saúde dos membros da família que passaram a assumir a responsabilidade com as atividades inerentes ao cuidar, sobretudo aquele sujeito que assume a função de cuidador principal, como vimos, quase sempre, assumida por uma mulher, na condição de filha e esposa. Muito embora, a maioria das entrevistadas, indiquem conseguir cuidar da pessoa idosa dependente de modo satisfatório, é fato que o fazem enfrentando inúmeros desafios, acrescidos do difícil papel de tecer a rede de cuidados, dentro e fora do ambiente doméstico, sem a qual não lograríamos êxito.

É interessante observar como o não reconhecimento do trabalho de cuidador/a nos diferentes espaços da sociedade, tende a obscurecer sua existência e significados, naturalizando-o como uma atividade de cunho estritamente doméstico, ao mesmo tempo previsível e invisível, como uma marca histórica e cultural da função imposta à mulher neste contexto. Segundo Boff (2011, p. 98), “[...] o cuidado foi difamado como feminilização das práticas humanas, como empecilho à objetividade na compreensão e como obstáculo à eficácia”.

Ao serem indagadas acerca de como se sentiam ao cuidar de alguém, as respostas são reveladoras do misto de sentimentos que permeiam a vida das cuidadoras entrevistadas, todas afirmam se sentir muito bem, felizes e satisfeitas com o sentimento de dever cumprido, apesar das preocupações ao enfrentarem inúmeras dificuldades cotidianamente.

As respostas nos fazem refletir acerca da atividade de cuidar de alguém, enquanto uma atribuição social e culturalmente construída, presente na trajetória da humanidade como uma marca inalienável, função primordial na sobrevivência de todo ser vivo, especialmente do ser humano. O filósofo Heidegger (1988), em sua obra mais importante, intitulada *Ser e Tempo*, reconhece o cuidado como um modo de ser essencial, um fenômeno ontológico-existencial básico, presente em tudo, enquanto atitude basilar, que

garante a existência humana como tal.

Assim, no imaginário coletivo aos pais e mães cabe a tarefa de cuidar dos filhos e filhas até conseguirem cuidar de suas próprias vidas de forma autônoma, para então, assumirem, na velhice dos seus genitores, os cuidados que lhes garantam uma sobrevida com qualidade até a morte. As gerações se sucedem no transcorrer das nossas existências, marcadas por esse ideário, impondo aos grupos sociais a responsabilidade pela preservação/continuidade da vida. Tamanha responsabilidade, naturalmente atribuída à família, em particular às filhas e filhos, na função de cuidar dos pais e mães na velhice, quando não atendida plenamente, tende a gerar nas/nos *responsáveis* pelo cuidado, um misto de sentimento, quase sempre, de fracasso e culpa.

Neste sentido, torna-se mais compreensíveis os dados obtidos na investigação acerca dos sentimentos que envolvem o ato de cuidar dos parentes idosos/as, na sua grande maioria, mães. Ao mesmo tempo que as tarefas de cuidar, produzem cansaço, fadiga, estresse, preocupação e angústia, segundo relatam as cuidadoras informais, o sentimento preponderante foi de bem-estar, indicando assim uma forte sensação de dever cumprido. Ao se manifestarem acerca das principais motivações para realizar tais ações, as respostas corroboram nesta direção, onde se destaca a questão afetiva, o sentimento de amor pela pessoa cuidada, o que indica a naturalização da atitude de cuidar, sobretudo nas filhas e esposas cuidadoras.

Quadro 1 - Principal motivação para realizar ações de cuidado

Cuidadora Maria Aragão, Chiquinha Gonzaga, Nísia Floresta, Dandara, Chica da Silva, Cecília Meireles. Maria Bonita, Yvone Lara e Raquel de Queiroz	Amor pela pessoa cuidada.
Cuidadora Ana Jansen	A pessoa precisar de cuidados
Cuidadora Catarina Mina e Elza Soares	Resignação - “saber que tem que fazer”

Cuidadora Bertha Lutz	"Minha mãe é tudo para mim [...] ela merece ser cuidada. Ela se sente muito solitária".
Cuidadora Anita Garibaldi	"Atenção, o carinho que elas têm por mim, a dedicação que elas desprenderam a vida toda para cuidar da família, agora nada mais justo que a família cuidar delas."
Cuidadora Maria Tomásia	"A questão afetiva"
Cuidadora Maria Quitéria	"Sem dúvidas, minha maior motivação é a lembrança do amor do meu pai por minha mãe."
Cuidadora Tarsila do Amaral	O fato de ser uma pessoa zelosa, com disponibilidade e não vê isso por parte dos outros.
Cuidadora Cora Coralina	A importância da pessoa que precisa receber o cuidado, o carinho e atenção. Gosta de cuidar de quem precisa.
Cuidadora Ana Néri	Retribuição pelos cuidados que recebi
Cuidadora Nise da Silveira	"[...] é a falta de condições de pagar alguém para cuidar. Eu não esperava, mas, quando ela chegou em casa nessas condições, alguém tinha que cuidar. Eu resolvi cuidar dela. [...] Nós estamos fazendo por ela, o que ela já fez pela gente." (condições financeiras e retribuição).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Não por acaso, a questão afetiva se destaca e é manifesta, em todos os relatos,

através dos sentimentos amor, dedicação, gratidão e retribuição, realçando a ideologia da doação e do afeto, sem que se discuta a importância que o cuidado possui para o conjunto da sociedade e para o Estado, corresponsáveis legais por sua efetivação.

Um dos motivos mais citados pelas cuidadoras, para realizar as ações de cuidados, consiste no desejo de retribuir os cuidados recebidos ao longo da vida, sobretudo, quando eram dependentes, na sua grande maioria das mães, mesmo quando não lhes restam outra alternativa.

Assim, o processo de cuidar presente historicamente nas relações sociais é determinado em princípio por um aspecto inalienável: são pessoas cuidando de pessoas. Em razão disso, segundo Boff (2011), não se define cuidado, como objeto apartado de nós, pelo contrário, a elaboração de toda definição trás implícita uma marca de como o cuidado é vivido e se estrutura em nós. A definição de cuidado, portanto, se confunde com a atitude de cuidar. Para o autor,

A origem semântica da palavra é derivada do latim *cura*, que em sua forma mais antiga, se escrevia *coera* e era usada num contexto de relações de amor e amizade. Expressava a atitude de cuidado, desvelo, preocupação e de inquietação pela pessoa amada ou objeto de estimação. (BOFF, 2011, p. 91).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente análise enfatizamos a narrativa das mulheres ouvidas durante a realização do nosso trabalho de investigação, buscando, sobretudo, compreender os significados e vivências (percepções e interpretações) do cuidar, no contexto de sua provisão na condição de cuidadoras informais na atenção domiciliar, no município de São Luís/MA.

A partir das entrevistas obtivemos relatos orais repletos de histórias e memórias de acontecimentos importantes na vida dessas mulheres. Tais relatos são reveladores de

relações desiguais de gênero, secularmente instituídas, reatualizadas e que dificultam ou inviabilizam direitos básicos, como a saúde, educação e trabalho. Mulheres, principalmente as negras e pobres, seguem com acúmulos de sofrimentos, afazeres, invisibilização, gratuidade ou baixa remuneração pelo trabalho que executam.

Os relatos singulares expressam verdades plurais, não encontradas em documentos oficiais, mas que, a rigor, reafirmam a necessidade de se conhecer o ser que cuida, bem como os impactos que todas as ações empreendidas ensejam em suas vidas, tendo em vista que se consubstanciam em múltiplas atribuições, de forma integral, improvisadas, inseguras, dada a ausência de formação técnica e de apoios.

É preciso reafirmar que o direito à vida imputa cuidados, além do mais, quando um familiar adoece e passa a demandar cuidados, não é só as vidas de quem demanda o cuidado e da pessoa que as executa que se modifica. Toda dinâmica familiar se altera, com mais vigor de quem fica na linha de frente, a exemplo das mulheres.

Embora especialistas da área da gerontologia propugnem que o melhor lugar para pessoas velhas com saúde frágil seja na sua casa (DUARTE et al, 2019), a discussão e medidas que remeta às condições para que o cuidado e cuidador/cuidadoras as realizem permanece distante da agenda pública, à medida em que este não é um problema exclusivo da família. Até porque a questão central não é quem será responsável pelo cuidar, se são as mulheres no esteio da lida doméstica, isenta de custos financeiros ou outras pessoas individualizadas, mas o fenômeno dos envelhecimentos em si. Por isso, torna-se urgente ampliar o debate para que o trabalho de cuidar seja reconhecido pelo valor que produz em termos sociais, econômicos e que o Estado assuma o seu papel na provisão da proteção social universal, com políticas públicas efetivas, consubstanciadas por uma educação promotora de igualdade de gênero e amparo financeiro também ao ser que cuida.

REFERÊNCIAS

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano- compaixão pela terra.** 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DUARTE, Y.A.O; BERZINS, M.A.V.S; GIACOMIN, K.C. Política Nacional do Idoso: as lacunas da lei a questão dos cuidadores. In: ALCÂNTARA, A.O; CAMARANO, A.A; GIACOMIN, K.C. (Eds.). Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: IPEA; 2016. p.457-78.

FEDERICCI, Silvia. **O patriarcado do salário.** Notas sobre Marx, gênero e feminismos. São Paulo: Boitempo, 2021.

FLASCH, L. D.; LINS, A. E.; CARVALHO, E. B. Cuidado familiar a idosos física e cognitivamente frágeis: teoria, pesquisa e intervenção. In: FREITAS, E. V.; PY, L. **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. p. 1476-1482.

FREIRE NETO, J. B.; MOREIRA, A. C. M. Cuidados em domicílio: conceitos e práticas. In: FREITAS, E. V.; PY, L. **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. p. 1261-1266.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S.; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 151-180, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/kwYwJSWSd38BRbd5fCBGYmw/?lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2022.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo.** Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. Parte I

HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. Introdução. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Org.). **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care.** São Paulo: Atlas, 2012. p. 1-11.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.13 n.24, 2016, p. 53 – 64.

MENDES, P. B. M. T. **Cuidadores**: heróis anônimos do cotidiano. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

NERI, Marcelo (Coord.). **Onde estão os idosos?:** Conhecimento contra o Covid-19. Rio de Janeiro: FGV Social/Centro de Políticas Sociais, 2020. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Sumario-Executivo-Covidage-FGV-Social-Marcelo-Neri.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

SAFFIOTI, I. B. O Poder do Macho. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **A mulher na sociedade de classes**: Mito e Realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SERRA, J. do N. **“Eu não tenho mais querer”**: violência simbólica contra idosos. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2005.